

FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Brasília, 31 de março de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Nelson Barbosa
Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG
Brasília - DF

Assunto: apresenta posição e considerações sobre a última reunião e contraproposta de cronograma para as negociações.

Senhor Ministro,

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, por meio deste, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar sua posição e considerações acerca da reunião ocorrida no último de 20 de março, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, também com a presença do Secretário de Relações de Trabalho desse Ministério, na qual foi apresentada a perspectiva do governo quanto à conjuntura econômica e às diretrizes de negociação para o funcionalismo federal no ano de 2015, após o protocolo da pauta geral de reivindicações do funcionalismo federal em 6 de março.

Primeiramente, ressalta-se que este Fórum tem caráter permanente e vem histórica e legitimamente representando e negociando as pautas gerais do conjunto do funcionalismo federal, inclusive por ser bloco que reúne as representações do conjunto das categorias e segmentos. Em sua composição, estão as entidades Andes-SN, Anffa-Sindical, Asfoc-SN, Assibge,-SN, CNTSS, Condsef, Confelegis, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Fasubra, Fenajufe, Fenale, Fenalegis, FENAPRF, Fenasps, Fenasc, Mosap, Proifes, Sinagencias, Sinait, Sinal, Sinasefe, Sinasempu, Sindifisco Nacional, Sindireceita, Sindlegis, SinpeCPF, Sintbacen e Unacon-Sindical.

Dessa forma, este Fórum, integrando as entidades relacionadas, reuniu-se após a audiência para avaliar as perspectivas apontadas pelo governo e definir a sua posição, transcrita a seguir, acompanhada de considerações e de contraproposta de cronograma para as negociações entre governo e a representação dos servidores.

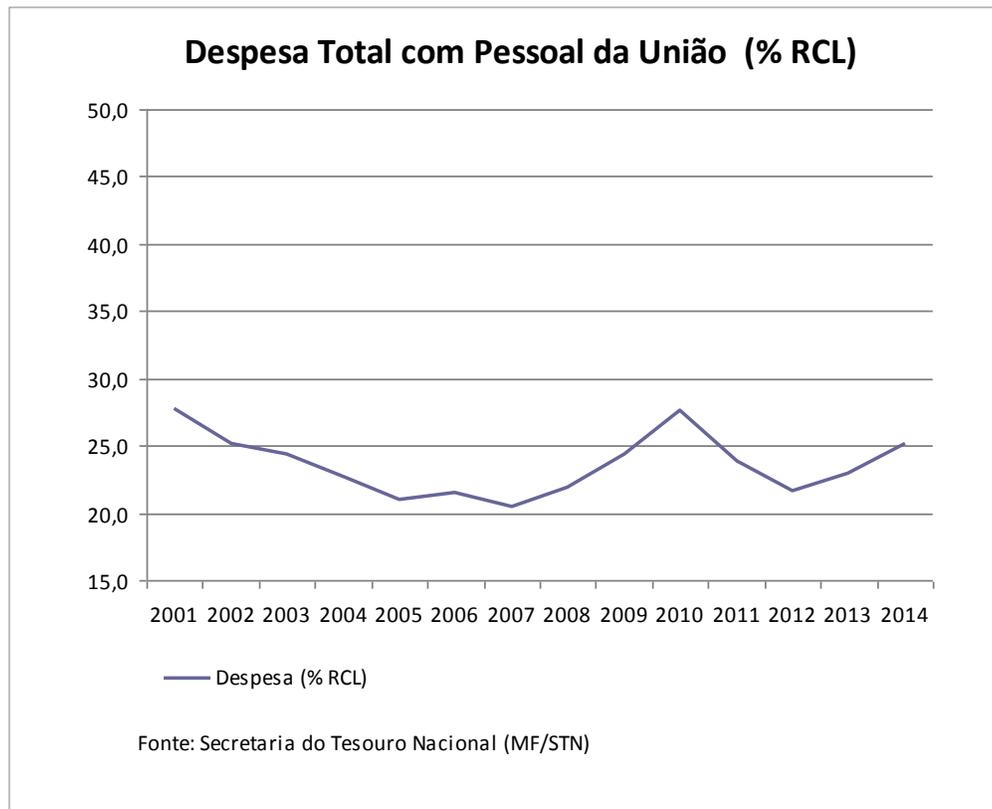
FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

1. A política de ajuste fiscal e contenção de gastos públicos aplicada pelo governo é contrária aos interesses da maioria da população, que, de forma direta e indireta, vem se manifestando em favor do fortalecimento e ganho de qualidade dos serviços públicos, o que exige tratá-los como investimento social.

2. A política de austeridade atingirá a população mais desfavorecida, que necessita dos serviços públicos e causará impacto negativo para o projeto de desenvolvimento nacional, que necessita de investimentos em ensino e pesquisa, fundamentais ao conhecimento da realidade e ao planejamento de políticas públicas. Essa política também terá consequências nos setores de arrecadação e fiscalização, responsáveis por combater a sonegação e a corrupção, que diminuem as fontes do financiamento das ações estatais. A maioria desses setores encontra-se hoje com número elevado de servidores em condições de aposentadoria, situação que não vem sendo acompanhado de uma política de reposição de pessoal via concursos públicos, que por sua vez propiciaria um processo de transmissão do saber acumulado dos que saem para os novos servidores. Este problema precisa ser enfrentado adequadamente, o que não ocorrerá com o horizonte restritivo da política de contenção de gastos públicos.

3. A meta do governo de diminuir os gastos com o funcionalismo em relação ao PIB é extremamente preocupante, na medida em que um funcionalismo com melhores condições de trabalho e salários proporcionaria maior qualidade do serviço público, um conhecimento mais amplo da realidade, maior arrecadação ao Estado e o controle de possíveis disfunções. Correto seria que a valorização dos servidores acompanhasse no mínimo o crescimento do PIB. Pressupõe-se que os impulsos positivos na economia devam ser acompanhados pelo fortalecimento dos serviços públicos, e não o contrário. A meta do governo se torna ainda mais equivocada quando contraposta ao fato de que as despesas com o funcionalismo estão muito longe de atingir os 50% da receita líquida permitidos à União pela legislação, conforme mostra o gráfico a seguir:

FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS



4. É extremamente preocupante que, diante da crise política vivenciada pelo governo, não sejam buscadas soluções que iriam ao encontro do que a população brasileira indica desde 2013: serviços públicos de melhor qualidade.

5. Combater a corrupção pressupõe uma capacitação maior da máquina pública para controlar os contratos, licitações, bem como dar aos órgãos que o fazem (fiscalização, arrecadação, polícias) melhores condições de trabalho e maior capacidade operativa para que as apurações sejam mais abrangentes e eficazes. Isso só pode ser devidamente feito por servidores públicos, e não por contratados em outras modalidades.

6. As ruas também pedem saúde, educação e transporte público de qualidade, o que exige uma reestruturação da política de favorecimento à educação e saúde privadas, e políticas de incentivo ao transporte público, diante de um cenário de aquecimento global e da crise de mobilidade das cidades.

7. A ciência e a tecnologia, associadas à educação pública de excelente qualidade em todos os níveis, são setores que precisam ser incrementados como estratégia de superação da dependência tecnológica do nosso país, o que serviria para contribuir com a política de industrialização de bens e serviços de alto valor agregado. Os recursos necessários aos institutos públicos de pesquisa, a melhora de suas condições de trabalho e de pessoal são fundamentais para um projeto nacional autônomo.

FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

8. É preciso que a reposição de servidores por concursos públicos seja consubstanciada em uma política permanente de recursos humanos, que combata a precarização das relações de trabalho, por meio de terceirizações e do recurso ao uso massivo de contratação temporária em serviços de caráter contínuo. Serviços públicos mais eficazes e eficientes dependem da oferta de condições adequadas e estáveis de trabalho para que os servidores tenham real identidade com as missões institucionais dos diversos órgãos do Estado brasileiro.

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, em reunião realizada no dia 20/03/2015, deliberou pela cobrança de resposta a pauta de reivindicações protocolada desde 25/02//2015, com a abertura imediata de negociações. Para tanto, requeremos a designação de reunião da mesa central de negociações com o Fórum para o dia 08 de abril do corrente ano.

Adilson Rodrigues Santos
Fenajufe

Marinalva Silva Oliveira
Andes-SN

Rogério Antonio Expedito
Condsef